

8. SOCIOLOGIA JURÍDICA

A CIDADE. A VIOLÊNCIA E A MÍDIA

SILVIA LESER DE MELLO

*"Não fosse isso e era
menos não fosse tanto e
era quase."*

PAULO LEMINSKI

O propósito deste trabalho é buscar uma aproximação entre algumas características da vida urbana, como a densidade da população, as configurações psicológicas dos moradores das cidades – principalmente uma certa vulnerabilidade ao temor da violência – e os meios de que dispõem para obter informações sobre o seu habitat. Essa aproximação não é nova e nem poderíamos aqui examiná-la de modo exaustivo. É preciso que se façam pesquisas sobre a percepção construída pelos vários estratos sociais sobre a vida urbana, sobretudo a percepção que as camadas subalternas possuem sobre a vida na cidade. Seria preciso, ainda, saber como elaboram as acusações de que são vítimas. A experiência da cidade e da violência é uma experiência partilhada por todos, embora vivida sob condições de extremada diferença.

A existência deste gigantesco aglomerado urbano que denominamos São Paulo é, portanto, o meu ponto de partida para considerar as relações entre a violência e a mídia. Essa imensidão¹ mantém sempre presente a idéia do desco-

nhecido, de algo que não pode ser abarcado nem pela visão e nem pelo entendimento. Nas metrópoles, como São Paulo, tudo parece escapar do controle, assim como ela escapa dos limites espaciais. Perde-se a visibilidade do todo, perde-se a inteligibilidade do conjunto. Os habitantes da cidade não conseguem vê-la, ela não se deixa ler. Para conhecê-la precisamos ampliar nossos sentidos e nosso entendimento. Temos necessidade de mediadores, instrumentos que tornem a nossa visão e nossa compreensão mais abrangentes. Não são microscópios e não são telescópios. São a televisão, o rádio e o jornal.²

Esses veículos denominam-se órgãos de comunicação de massa, porque a escolha e o modo de apresentar a informação que passam ao público devem nortear-se pelo fato primário de se estarem dirigindo a um espectador, um ouvinte ou leitor ordinário, comum. Seu receptor é o homem médio. Para sermos mais radicais, seu receptor não é alguém, é ninguém. É o homem da massa, incógnito, sem face. Esse é o aspecto que mais interessa à Psicologia Social, pois coloca o problema da qualidade do discurso:

⁽¹⁾ A metrópole não é apenas um enorme e disforme aglomerado físico, mas é imensa também na quantidade e variedade de sua experiência simbólica.

⁽²⁾ Também o mundo é acessível a todos nesta era global e de contatos à distância pela Internet. Mas nem sempre os acontecimentos que têm mais importância têm espaço nesses meios de comunicação. É preciso, além disso, dispor de um computador e de informação suficiente para saber utilizá-lo. Somente em teoria, pois, todos têm acesso às informações.

como dirigir-se a alguém que não possui contornos claros e definidos?³

A massa e a multidão se assemelham. No séc. XIX a multidão era a imagem poética da cidade para Poe ou Baudelaire. Estar dentro dela permitia uma poderosa sensação de liberdade. O espaço urbano prestava-se à fruição e ao deleite. Mas a multidão da metrópole contemporânea é um signo ambivalente. Ela facilita a mais perfeita liberdade mas acoberta o perigo potencial de transformar-se em massa informe e virtualmente anômica.⁴

(3) Já em 1848, criticando a imprensa e a formação da chamada *opinião pública*, Kierkegaard adianta a idéia dessa dimensão do público: "Um público é tudo e nada, o mais perigoso de todos os poderes e o mais insignificante: pode-se falar para uma nação inteira em nome do público e ainda assim o público será menos do que um único e qualquer homem sem importância". Kierkegaard S. - *The Present Age*, in Kierkegaard - selected and introduced by W.H. Auden, London, Cassel and Company, 1955, p. 34. O que vem a ser a chamada "opinião pública" não é, até hoje, questão simples. Veja-se a discussão de Habermas, a respeito, tendo em vista o que ele denomina a "derrocada efetiva da esfera pública". Habermas, J. "Comunicação, opinião pública e poder" in Cohn, G. (org.) *Comunicação e Indústria Cultural*, S.P., Cia. Editora Nacional e Edusp, 1971, p. 188.

(4) Veja-se a definição de massa oferecida por Blumer "Escolhemos o termo *massa* para indicar um grupo coletivo elementar e espontâneo em muitos aspectos semelhante à multidão, e fundamentalmente diferente em outros sentidos. A *massa* é representada por pessoas que participam de um comportamento de massa, como por exemplo, aqueles que se agitam com um acontecimento nacional, os que tomam parte no surto de uma nação, os interessados pelo julgamento de um crime divulgado pela imprensa ou aqueles que participam de uma grande migração". Blumer, H. "A massa, o público e a

A multidão é a imagem palpável da massa. Ao permitir que os indivíduos desapareçam em seu interior, ela oferece esconderijo às atividades criminosas. O anonimato, identificado por muitos como uma forma de liberdade individual, tanto o é para o bem como para o mal. Nas formas cambiantes da multidão os contactos são breves e superficiais, cada pessoa é sua máscara momentânea.

A imagem da multidão associa-se à imagem da quantidade. Não só a cidade excede os limites do horizonte espacial, derramando-se para todos os lados, como há coisas em demasia e demasiado de cada coisa. Há muito de tudo. A imagem da quantidade evoca a da abundância, o pano de fundo do modo de vida urbano, concentrador de riquezas, de dinheiro. A cidade reúne renda e trabalho, miséria e opulência. Imprime visibilidade às condições extremas: a riqueza e a pobreza convivendo face a face não se podem mutuamente ignorar. Se a riqueza é aparatososa e gosta de exibir seu luxo, a pobreza não pode esconder-se, atravessa os limites dos bairros pobres e chega às

opinião pública", in Cohn, G. (org.) - *Comunicação e Indústria Cultural*, S. P., Cia Editora Nacional e Edusp, 1971, p. 177 Definição de nenhum modo completa. Já Freud se preocupa com os fenômenos de massa e seus aspectos psicossociais, em ensaio de 1921: "... O indivíduo integrado em uma massa experimenta, sob a influência da mesma, uma modificação, às vezes muito profunda, de sua atividade anímica. Sua afetividade intensifica-se extraordinariamente e, em troca limita-se notavelmente sua capacidade intelectual. Ambos os processos tendem a igualar os indivíduos com os demais da multidão, objetivo que só pode ser obtido pela supressão das inibições particulares de cada um e a renúncia às modalidades individuais e pessoais das tendências". Veja-se *Psicologia de las Masas y Analisis del Yo*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1973, p. 2.575.

ruas bem comportadas, às avenidas, às pontes e viadutos, às marquises dos edifícios grandiosos. Terrenos vagos à beira dos rios e das estradas são locais escolhidos para habitação e vão se transformando em imensas favelas, tão visíveis quanto os prédios rutilantes da riqueza e do capital.

Se a visibilidade e a exposição são signos da cidade, seu habitante não se pode furtar ao sentimento das contradições. O prazer estético do teatro e da música está um pouco misturado ao desprazer da mendicância que circunda os locais de espetáculo. A guarda do carro precisa ser negociada com sujeitos, aos nossos olhos, de aparência estranha. Transitam pelos mesmos caminhos os ônibus lotados e os carros luxuosos com seu único ocupante. Não é preciso possuir renda para freqüentar os lugares nobres da cidade, mas o modo de freqüentação é especializado segundo a renda e o status.

Insisto no aspecto visível da desigualdade porque essa face da vida paulistana é parte do modo de perceber do homem urbano. A consciência das diferenças, embutida no cotidiano de nossa experiência da cidade, marca profundamente a subjetividade. Dependendo do lugar social de onde é visto, o teatro e a condução permitem, pelo menos, duas leituras diferentes: a dos filhos da luz e a dos filhos da sombra. O que poderá aproximá-las? A reciprocidade dos olhares está carregada de significados diferentes.

A especialização dos espaços na cidade impõe uma ordenação à vida social que atinge, também, os habitantes, formando uma população humana altamente diferenciada. A fragmentação geográfica, e também a das ocupações e das funções, acaba por corresponder a uma fragmentação das experiências e à formação de identidades psicossociais complexas. Cada grupo social constrói uma representação da cidade e de seus lugares

de acordo com os espaços que habitou e que têm sentido afetivo: o da moradia, do trabalho, da devoção, da diversão.

Numa cidade do tamanho de São Paulo, a divisão de funções e a especialização dos espaços foi levada a extremos. Mesmo assim, não é mais possível manter os sujeitos em lugares demarcados: a cidade está "contaminada" pela pobreza que nem se oculta e nem pode ser ocultada. As ruas se enchem de pedintes, famílias dormem ao relento ou acampadas sob o teto encontrado de uma caixa de papelão. Se o rosto da pobreza não é bonito onde quer que se encontre, com certeza, na cidade, o seu rosto é mais feio e se recusamos, tantas vezes, olhar sua face, nem por isso ele é invisível. Cruza diariamente nosso caminho e é parte da imagem e da consciência que temos da cidade.

Se o modo de vida urbano é dominado pela idéia de quantidade e de abundância, a pobreza na cidade é uma contradição. Seus habitantes estão expostos aos mais variados e intensos estímulos, que invadem todos os sentidos.⁵ A con-

- (5) Georg Simmel, já em 1902, afirmava: "A base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na *intensificação dos estímulos nervosos*, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores. (...) A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível - enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundante sentidos e emocionais". Mesmo que a Rede Globo e a Internet cheguem às cidades pequenas e ao campo mais longínquo, não acredito que algo

tínua chamada dos objetos, oferecidos de mil maneiras ao desejo, não chega só aos que podem comprá-los. Chega igualmente aos pobres, quiçá com mais forte poder de atração. Os objetos de desejo, sejam bens materiais, poder ou prestígio, não estão ao alcance de todos, embora sejam universalmente exibidos.

Os contrastes inspiram apreensão porque trazem sensações não muito claras de desregramento possível. Grande parte da tranquilidade que cerca nossa vida diária está radicada na fé implícita na racionalidade da ordem. Essa fé é a guardiã da estabilidade de nossos comportamentos quotidianos rotineiros. A violência rompe a segurança, facilita a irrupção de fantasias relacionadas ao irracional, e põe de manifesto o potencial de desordem da vida urbana. As massas, quando em movimento, não aparentam ter racionalidade em seus objetivos. A última invasão das estações de trem metropolitanos pela população enraivecida evidencia o caráter destrutivo da massa sem controle, gerando a sensação de fragilidade do sujeito diante dela.

A impotência diante de acontecimentos que ultrapassam nossa compreensão e o desconhecimento sobre a cidade e seus habitantes engendra percepções que podem estar na origem das imagens carregadas de preconceitos, fixadas pelas mensagens permanentes e estereotipadas da associação da pobreza com a violência, divulgadas pela imprensa, rádio e televisão. Como a dimensão da cidade não propicia aproximações demoradas, que permitam o nascimento de identificações, o nosso Outro na cidade é sempre um desconhecido.

tenha se modificado substancialmente nesta análise de Simmel, e nem mesmo que ela tenha sido suficientemente aprofundada. Simmel, G. - *A Metrópole e a Vida Mental*, in *O Fenômeno Urbano*, Velho, O. G. (org.), R.J., Zahar, 1973, p. 12.

Na perspectiva da Psicologia Social, ou reconhecemos no outro um semelhante, e nesse caso conferimos a ele os mesmos atributos de humanidade que encontramos em nós, ou não reconhecemos no Outro um semelhante. Para as classes dominantes é difícil reconhecer um igual nas personagens da pobreza. Reconhece-se o diferente como desigual. Da desigualdade à inferioridade não há muita distância. Da desigualdade, reconhecida como inferioridade e do desconhecimento ao temor, do ponto de vista psicológico, não há, também, grande distância. O medo à desordem e à perda da vida e das propriedades, um grande descrédito na polícia e na justiça podem transformar a insegurança e o temor difusos em acusações contra segmentos sociais ou grupos específicos de sujeitos de quem se desconfia, que não são reconhecidos como iguais, ou seja não são portadores da mesma humanidade que reconheço em mim e nos meus iguais. São, por definição, portadores de características desabonadoras, de traços de caráter indesejáveis, de um potencial de violência que os torna pouco humanos.

Como afirma Canetti, há um prazer inegável em julgar, afirmar o certo e o errado de todas as coisas e pessoas. "O homem experimenta uma profunda necessidade de classificar sempre todas as pessoas imagináveis. Separando o número vago e amorfo dos existentes em dois grupos e propiciando o enfrentamento, dá a eles algo como densidade. Concentra-os como se devessem lutar entre si; radicaliza-os e deixa-os cheios de inimizade. Tal como ele os imagina, tal como ele os quer, só podem estar uns contra os outros. Ao sentenciar sobre o 'bom' e o 'mal' emprega o velhíssimo meio de uma classificação dualista, que entretanto, nunca é inteiramente conceptual e nunca inteiramente pacífica. Implica a existência de uma tensão entre

eles e é importante que a sentença crie e renove esta tensão".⁶

Tensão, oposição e conflito, elementos presentes sempre na vida social que podem exacerbar-se a qualquer momento. Esses elementos, difusos em situações em que a vida social se pauta pela tradição e pelo costume, passam, numa cidade como São Paulo, por transformações em sua natureza. As pessoas obrigadas a um convívio diuturno com o desconhecido, e com um desconhecido ameaçador, sucumbem às tensões, exageram os conflitos, defendem-se com mais violência. A violência urbana não deixa ninguém fora de seu círculo de horrores.

Os meios de comunicação não são neutros. A Psicologia sabe que é quase impossível a neutralidade quando sujeitos psicológicos plenamente ativos estão envolvidos na definição de acontecimentos e coisas. As palavras são maleáveis, sempre abertas à interpretação. Os leitores também não são neutros. Dominam a realidade a partir da sua socialização, possuindo uma visão bastante estruturada do mundo e das coisas. Emissores e receptores de imagens e de idéias trocam informações. Uns agem sobre os outros. Para os receptores, a mídia é responsável pela ampliação do mundo social e do que nele ocorre. Se a vida na cidade não é apreensível com facilidade, os meios de comunicação de massa são os nossos olhos e ouvidos, permitindo o contacto com o mundo dos acontecimentos.

Há vários problemas nessa mediação, mas dois em especial são temíveis. O primeiro é que a mídia tem dono, é paga. Um jornal possui não só leitores como anunciantes. A publicidade move o mundo da mídia e a torna poderosa. O conteúdo informativo tem que respeitar o perfil do seu público, ou forjar um

perfil para ele. O mesmo acontece com o rádio e com a televisão. Portanto temos aí já uma dúvida razoável quanto à neutralidade desses meios de informação. O segundo problema é a presunção da existência do homem médio para cada meio de informação. Para esse modelo abstrato de recepção das mensagens, estas são selecionadas, aparadas, arredondadas, modificadas.

O Brasil é um país violento, dado o alto nível de autoritarismo difuso em suas instituições e disperso na vida quotidiana. As hierarquias sociais são rigidamente mantidas. As leis não valem para todos. Os aparelhos de manutenção da ordem, como a polícia e o exército, abrem claras exceções na ordem, na lei e na justiça, em lugar de serem seus depositários. Se a violência hoje tem características diferentes, e o crime organizado cada dia mais faz sentir sua presença, assim como cresceu demais o consumo de drogas, também se acirram as diferenças de renda e de nível de vida. Sobretudo na cidade são mais visíveis as contradições de um regime que exclui grandes massas de trabalhadores até mesmo de sua condição de trabalhadores, negando-lhe o direito ao emprego e ao salário.

No que diz respeito à violência, sobretudo à violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofundam o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas. Na verdade, os meios de comunicação contribuem para aprofundar e ampliar os estigmas, dando escassa divulgação às vozes contrárias.⁷ Tivemos amarga ex-

⁽⁶⁾ Canetti, E. - *Massa y Poder*, Madrid, Alianza/Muchnik, 1987, p. 293.

⁽⁷⁾ Veja-se a divulgação que o jornal *O Estado de São Paulo* fez, recentemente, de pesquisa que se propõe a prevenir o

periência do poder da palavra na geração de preconceitos e estigmas durante o regime militar. Era uma guerra aberta contra os chamados subversivos. Hoje a guerra é outra.⁸ Trata-se de caracterizar toda uma população como perigosa, indigna de confiança. Mas a arma usada é ainda a palavra, acrescida, agora, da imagem. Pois os programas televisivos são mais poderosos. As imagens da polícia perseguindo os “bandidos”, como a matéria diária que os programas tipo Aqui Agora usam para alimentar o público, conseguem superar a violência com que se trata a violência. São clara e abertamente preconceituosos, grosseiros, abusando da desvalia das pessoas para invadir suas casas, denegrir os bairros pobres e seus habitantes. Alguns são acintosos. E, no entanto, o sucesso é tão grande que se multiplicaram. Será que

crime de crianças *carentes* (sic), em matéria publicada com o título “Psicóloga tenta identificar futuros criminosos”, em 13 de outubro de 1996. Não se dá a menor divulgação às pesquisas, já inumeráveis, que mostram as duras condições de vida das classes subalternas, sua adesão patética ao trabalho e à honestidade.

- (8) Ver Gans, Herbert – *The War Against the Poor*, NY, Basic Books, 1995. Todo o argumento do autor caminha no sentido de demonstrar que nos últimos dez anos os Estados Unidos declararam uma guerra contra os pobres (e não contra a pobreza) sobretudo de caráter verbal, criando e fixando rótulos estigmatizantes e desqualificadores. “Rótulos negativos raramente estereotipam apenas os comportamentos: quase sempre transformam-nos e amplificam-nos como falhas de caráter. Como consequência, aqueles que recebem benefícios sociais tornam-se personalidades defeituosas ou tipos morais deficientes. É irrelevante que sejam também membros de famílias, fiéis de diversas congregações religiosas ou vizinhos. Na verdade, um dos propósitos dos rótulos é despojar de outras qualidades as pessoas rotuladas”. p. 12.

podemos entender esse sucesso como manifestação do desejo do público de ver a violência punida? De transformar os temidos policiais em heróis? Do aparecimento de características sádicas que têm prazer na humilhação e no fracasso do outro? De ver retratadas situações penosas que sofre no dia-a-dia?

De maneira geral, o que se pode notar, quer na TV, quer no rádio, quer nos jornais, é quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência. Pelas imagens e pelas palavras, eles são fotografados e rotulados. Não se vêem mais pessoas. Vêem-se carentes, favelados, ladrões, menores, delinquentes, criminosos, bandidos, viciados. No episódio recente de quebra dos trens e das estações, os responsáveis pelo serviço vergonhoso que é oferecido ao público, imediatamente identificaram as famosas figuras dos incitadores, de modo a não reconhecer sua culpa junto aos trabalhadores pobres que dependem dos trens. Penso que seria desejável ver “os integrantes de levantes urbanos não como uma massa miserável, instável e sem raízes, mas como homens e mulheres que freqüentemente têm uma certa posição em sua comunidade, que podem ser artesãos (...) e que, mesmo quando pobres e não qualificados, podem parecer respeitáveis para seus vizinhos de todos os dias. Por último, podemos ver sua violência, não importa o quão cruel ela seja, não como casual e sem limites, mas dirigida a alvos definidos e escolhida dentre um repertório de punições e formas de destruição tradicionais”.⁹

Dar ao público um esclarecimento sobre o ato violento, é papel da mídia. Bem como não prejudicar seus atores, classificando-os e rotulando-os, ou apresentá-los de maneira ridícula, atentando contra a sua dignidade. Incitar à vingança

- (9) Daviers, N. – *Culturas do Povo*, R.J., Paz e Terra, 1990, p. 131.

ça, identificar segmentos da população como portadores de maldade pelo simples fato de serem pobres, gira ainda uma vez a roda da violência e não beneficia ninguém. A violência não nasce e prospera porque há homens violentos. Não é necessário um cientista, como Pasteur, para provar que a violência não tem geração espontânea. Seria papel da mídia esclarecer as raízes sociais, culturais, políticas e econômicas que permeiam a violência nas relações sociais. Tudo o que aconteceu após o crime no bar Bodega traz a marca indistigível da discriminação, quando se reconhece que há mortos dignos e outros indignos. Quando a guerra de extermínio dos jovens acontece na periferia, não há nomes e nem pressões sobre os órgãos de repressão. Há um silêncio social tácito sobre essa violência. Há violências que não contam, como se fossem ritos necessários à depuração da sociedade. "Mas os ritos de violência não são, em nenhum sentido absoluto, um direito à violência.

Eles apenas nos lembram que, se tentarmos ampliar a segurança e a confiança no interior de uma comunidade, se tentarmos garantir que a violência ali gerada tomará formas menos destrutivas e cruéis, então devemos pensar menos a respeito de como pacificar os 'desviantes' e mais em como mudar os valores centrais"¹⁰ da sociedade.

Estes apontamentos não visam diminuir o peso da violência na vida urbana. Em São Paulo ela vem crescendo, associada à facilidade na obtenção de armas de fogo e ao tráfico e consumo de drogas. Mas dependemos, sempre, para avaliar esses problemas, do modo como são tratados pela mídia, do espaço que ela lhes dedica, do tom em que se veiculam as notícias e da seleção que destas é feita. Se há um perigo para a democracia na exacerbação da violência urbana, há, também, um sério perigo embutido no poder inconfesso de meios de comunicação voltados, deliberadamente, para a manipulação e controle das massas.

⁽¹⁰⁾ *Idem*, p. 156.